

A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS

Por: Júlia Maria Aragão Costa¹

Pode-se afirmar que a “Assistência” é uma prática das mais antigas entre os seres humanos, alguns autores como Martinelli (2007) afirmam que por volta do ano 3000 a.C. a assistência já era praticada como uma forma de ajudar os povos necessitados, tais como idosos, doentes, órfãos e outros.



No século XXI, encorajadas pelas Igrejas Católica e

Protestante, a profissão Assistente Social teve seu início na Europa. A princípio como ferramenta de controle social através de ações caridosas. E nesse contexto, surgiram às damas de caridade, que eram senhoras religiosas e ricas da época que se dedicaram a fazer ações beneficentes aos pobres.

Considerava-se, naquele tempo, que ser carente era uma condição natural das pessoas e estava de certa forma ligada com a incapacidade das delas, em outras palavras pessoas que viviam em condições de pobreza, não tinham a capacidade para sair dessa condição por meios próprios ou até mesmo porque já nasceu pobre.

Alguns anos antes da criação da Sociedade e Organização da Caridade inglesa, em 1851, Florence Nightingale, enfermeira da alta sociedade inglesa, buscou conhecimentos na Alemanha, através das diaconisas e na França, pelas irmãs de caridade, sobre visitas domiciliares a pobres e doentes, como alternativa de atenuar seus sofrimentos físicos e sociais. Estagiou nestes locais para aplicar na Inglaterra, os conhecimentos adquiridos. (CASTELO BRANCO, TOSCAN BOGADO, 2009, p.124).

As bondosas senhoras faziam visitas, entregavam doações e davam

¹ Funcionária agente II do Colégio Estadual do Paraná

conselhos de caráter moral. As visitas eram para conhecer melhor a realidade em que as pessoas que estavam sob seu atendimento viviam e também de controle sobre os objetos que as pessoas recebiam como doação e ainda orientar sobre os hábitos de higiene que, nesta época era ainda muito precária.

Foram desenvolvidas inúmeras ações de cunho assistencialista, porém, a que mais se generalizou foi a Ação Católica, movimento desenvolvido por leigos que tinham o objetivo de levar e divulgar o cristianismo como meio de desenvolver a reforma social. Dessas experiências da ação católica que surge o Serviço Social, a princípio dentro da Igreja e os aspectos doutrinários messiânicos farão parte da ideologia da profissão.

No término do século XIX, na Europa, surgiram as primeiras organizações de assistência social, apareceram as primeiras instituições e sociedades de caridade. A intenção era formar pessoas para efetuar a assistência e ajudar o povo, dessa maneira se inicia então a organização do Serviço Social.

O Serviço Social conquista espaço no Brasil no final de 1920, superando barreiras e dificuldades diante de uma longa circunstância histórica economicamente escassa e crises decorrentes dos setores político, social e religioso.

Netto (2006) nos coloca que o Serviço Social não se profissionaliza exclusivamente em função da evolução da ajuda ou da organização da filantropia, mas também em função da organização do modelo de produção capitalista, onde a profissão de Assistente Social só se profissionaliza quando o agente passa a ocupar um lugar na divisão técnica e social do trabalho.

No Brasil, as organizações sociais que eram focadas no serviço de caridade e mantidas pelo clero e leigos, tinham firme tradição executando esse trabalho, desde o período colonial. Dispunham, ainda que precária, uma aparelhagem hospitalar e de assistência, que pertenceu às ordens religiosas europeias, que se disseminaram e implantaram por todo o país.

De acordo com Toscam Bogado e Castelo Branco (2011),

O processo de urbanização no Brasil começa na década de 1940. A expansão das atividades industriais em grandes centros atrai trabalhadores das áreas rurais, que veem na cidade a possibilidade de rendimentos maiores e melhores recursos nas áreas de educação e saúde. O censo de 1940, o primeiro a dividir a população brasileira

em rural e urbana, registra que 31,1% dos habitantes estavam nas cidades. (ALMANAQUE ABRIL, 2001).

Os movimentos operários da época manifestavam maciçamente as questões sociais e a necessidade de buscar por melhores alternativas para que pudessem superar as tempestades do momento. Devido essa busca surge a necessidade de planejar obras assistenciais com maior abrangência.

O surgimento das instituições assistenciais ocorre na primeira fase do movimento de divulgação do pensamento católico, caracterizando-se por uma diferenciação nas atividades tradicionais da caridade. Desta forma, surgiu em 1920, a Associação das Senhoras Católicas, no Rio de Janeiro e, em 1923, a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo. Suas atividades são desenvolvidas pela grande burguesia paulista e carioca, detendo um suporte de recursos financeiros e potencial de contato em nível de Estado, possibilitando-lhes o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica. (TOSCAN BOGADO E CASTELO BRANCO, 2011).

A partir daí, desenvolveu-se lentamente a criação de bases materiais e organizacionais que resultará na década seguinte a ampliação da Ação Social



Ação Integradora no Cras Caximba em 18/08/17.

e o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social. As práticas foram se aperfeiçoando com o passar dos anos, e o Serviço Social deu um salto abundante na forma de

atuação, recorrendo a estudos científicos e sociológicos, buscando cada vez mais desenvolver medidas apropriadas no campo denso das necessidades sociais da época.

Percebe-se que no caminho percorrido até então, o assistente social começou como se fosse um reparador social, passando depois a se lançar como um agente de transformador e resultando em um profissional sensível, capacitado e competente, voltado à escuta sensível dos que a ele buscam em suas necessidades e aflições, procurando cada vez mais se capacitar, pois o bom profissional nunca está completo, sempre há muito mais para aprender.

Faz-se necessário que a classe seja unida e busque o justo e merecido reconhecimento profissional que é devido ao Serviço Social e garantido por lei. De nada adianta o avanço legislativo da profissão se os profissionais continuarem confinados aos ensinamentos obtidos durante os anos de faculdade em sua graduação, e não se envolverem com as transformações que está acontecendo na sociedade e com a própria profissão. Os necessitados que buscam esse trabalho de assistência social precisam de profissionais preparados para melhor atendê-los.

Também se percebe o cumprimento da lei de regulamentação e o Código de ética dos assistentes sociais, havendo sim algumas discordâncias, porém, observa-se a vontade e a busca desses profissionais em seu dia-a-dia pela melhora contínua das atividades realizadas e seu aprimoramento.

A atuação dos assistentes sociais nos Centros de Referência - CRAS



No decorrer dos anos percebe-se uma ampliação do trabalho dos assistentes sociais em diversos segmentos e espaços sócio ocupacionais, principalmente no âmbito da Política de Assistência Social devido à implantação do Sistema Único

de Assistência Social.

Um desses espaços sócio ocupacionais em que os assistentes sociais estão inseridos e que faz parte da Política de Assistência Social é o CRAS.

O Serviço Social no CRAS tem como finalidade acompanhar as famílias referenciadas a ele. Dentre as várias equipes que atuam no CRAS, pretende-se destacar aqui a presença dos assistentes sociais, que é fundamental e sua intervenção profissional é de grande valor para a instituição, mas, sobretudo

para a vida dos cidadãos que utilizam os serviços do CRAS, porque por meio do seu exercício profissional, esses profissionais buscam a garantia dos direitos dos usuários.

Com a chegada da Constituição Federal de 1988 a assistência social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado.

Conforme a ABEPS (1996) (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) “compete ao Assistente Social da política de Assistência Social, identificar, analisar e compreender as demandas presentes na sociedade e seus significados, e formular respostas às mesmas, para enfrentar as diversas expressões da questão social”.

[...] o perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.” [...] (BRASÍLIA, 2011, p. 18)

De acordo com a NOB-RH/SUAS (2006), os seguintes princípios orientam a atuação dos profissionais da área de assistência social:

a) Defesa intransigente dos direitos sócio assistenciais; b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais; c) Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende; d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida; e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade; f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social; g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seus direitos para participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção; h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios; i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para fortalecimento de seus interesses; j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. (2006, p.13)

O profissional de assistência social que trabalha nos CRAS precisa ser competente, comprometido, livre de qualquer preconceito para que possa viabilizar uma abordagem com as famílias de maneira que seja sempre estabelecida buscando criar vínculos afetivos sociais para que os atendidos sintam-se bem e a vontade para participar daquele núcleo como parte pertencente a tal.

De acordo com IAMAMOTO (2009) “exige um profissional com largo conhecimento cultural e politicamente vigilante ao tempo histórico; atento para decifrar o que ainda não foi dito, atento os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder;”. As ações são constituídas a partir do esclarecimento das tendências do movimento da realidade, interpretando suas manifestações sobre o qual incide a ação profissional.

O cenário de atuação do profissional Assistente Social no CRAS

Os CRAS são as portas de entrada para os programas sociais do governo. Ele é um equipamento destinado à população de vulnerabilidade, trabalha em conjunto com outros pares, ou seja, outras redes.

Serviços sócio assistenciais de proteção social básica e proteção social especial; Serviços públicos locais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e outros conforme necessidades; Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos; Instituições de ensino e pesquisa; Serviços de enfrentamento à pobreza; Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva; Redes sociais locais: associações de moradores, ONG's, entre outras. (Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, 2009).

Seu conjunto de equipes trabalha para identificar as pessoas que ainda estão fora desses acessos, fazer visitas e diagnosticar suas demandas e necessidades, fazer encaminhamentos para as diversas áreas, a inclusão no cadastro único, identificação, inscrição, elegíveis ou não no Programa Bolsa Família, ou outros Programas de transferência de renda ou benefícios.

Trabalha-se principalmente toda a orientação às famílias e o repasse de seus direitos, identificação dos que precisam de acompanhamento sistemático e continuado, por equipes técnicas e qualificadas para tal, para que possam fazer

a retomada de seus projetos de vida e de resgate de autoestima, descoberta de suas potencialidades, possibilitando assim a reconquista de um protagonismo e participação cidadã.

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social criados no ano de 2004 com o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de fragilidades e riscos sociais nos territórios de sua abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e por meio da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009).

Valorização do potencial dos atendidos

Dentre os muitos serviços ofertados para a comunidade pelo CRAS, destaca-se o PAIF – Serviço de Proteção Integral à Família. Através do PAIF, nele são desenvolvidos projetos que proporcionam aos usuários atendidos a participação, não obrigatória, em oficinas socioeducativas e trabalhos em grupos.

Partindo dos serviços fundamentais que o CRAS oferece, o mesmo trabalha com projetos objetivando o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares com os adolescentes e jovens. Oferecendo cursos técnicos em diversas áreas tais como; Empreendedorismo, Secretariado, Informática, cabeleireiro e outros.

O CRAS entende que tratar dessas questões profissionais com o público jovem e adolescente, é de suma importância para a conscientização de que podem transformar sua concepção de sociedade e emprego, se preparando para o mercado de trabalho, além de despertar nos mesmos o reconhecimento de suas competências e a opiniões de que, é nesse momento de suas vidas que as decisões, a formação de conceitos e a busca pelo conhecimento irá nortear o futuro de cada um.

[...] por trás dos ideários e concepções pedagógicas que sustentam as práticas educativas, por mais humanistas e bem intencionadas que possam parecer, há uma opção de classe que remete para uma visão de processo histórico, para uma compreensão de ser humano e de seu

papel na história, para processos transformadores (embora carregados de contradições – o que é humano) ou retificadores da sociedade (também repletos de contradições – o que também é humano) (Paludo, 2001, p. 75).

Os Cursos possuem cargas horárias distintas, com direito a certificado de participação, palestras sobre como compreender essa fase de suas vidas, sua função no âmbito familiar, a valorização de seus potenciais, interação social com grupo, e ainda a possibilidade de converter o aprendizado em contribuição para a renda familiar.

A construção dos sujeitos coletivos nos grupos

Os grupos são espaços coletivos organizados possibilitando que a população consiga expressar de variadas formas, as suas expectativas, desejos, projetos.

Fica a critério de o profissional intervir nesses processos pelo exercício da dimensão socioeducativa, a qual pode assumir uma perspectiva mais particular ou coletiva, relacionada às demandas às condições objetivas e concretas que as idealizam.

O trabalho com grupos pode configurar-se em um espaço de exercício de novas relações ou ainda o seu contrário; potencialmente pode contrapor valores individualizados ou ainda fortalece-los. A contraposição desses valores só poderá ocorrer se o profissional tiver consciência e consiga desmistificá-los nos aspectos mais sutis do cotidiano, e assim, projetar em sua prática profissional, a direção do trabalho nesta perspectiva. Já o reforço de valores individualistas pode acontecer de maneira inconsciente, ou seja, quando o profissional executa o trabalho sem questionar os fins que almeja alcançar.

Pode se observar um bom exemplo dessa perspectiva através da aplicação de dinâmicas aparentemente ingênuas, que reforçam a disputa entre os membros do grupo, a centralização do poder através da eleição de um único líder, não permitindo assim o rodízio desse exercício entre os demais

participantes e reproduzindo, mesmo que inconscientemente as relações de dominação presentes na sociedade atual.

De acordo com VASCONCELOS, 2000, na coletividade, os sujeitos estabelecem relações sociais entre si, reproduzindo as relações dominantes na sociedade capitalista, porém por meio da participação social consciente, os mesmos vivenciam e exercitam relações democráticas, tendo como base a liberdade, igualdade e justiça, compreendendo e enfrentando relações contrárias aos seus interesses e necessidades.

Dessa maneira é possível afirmar que a organização das classes subalternas não será conduzida pelo profissional de forma individual, mas requer pronta articulação com outros setores da sociedade, movimentos sociais, que por ventura compactuem com o projeto societário contra hegemônico, no caso específico da categoria de Serviço Social, em consonância com o projeto ético-político. O profissional de forma individual e isoladamente não conseguirá encadear um processo de contra hegemonia, pois este é concebido como uma ação de proporções coletivas entre vários sujeitos sociais.

REFÊRENCIAS

BOGADO, Francielle Toscan. CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. . **Fundamentos, Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I.** São Paulo. Editora: Pearson. 2009.

BOGADO, Francielle Toscan. CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. **Fundamentos, Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I.** São Paulo. Editora: Pearson. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS.** Brasília, 2006.

BRASÍLIA, **Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de assistência social.** CFESS, 2011.

BRASÍLIA, **Caderno de Orientações:** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2016.

BRASÍLIA, **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.** – PAIF, Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional Sistema Único de Assistência Social, 1ª ed. 2012.

CURITIBA, Fundação de Ação Social. **Protocolo de Gestão dos CRAS de Curitiba.** 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P.15-50.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil.** São Paulo. Ed. Cortez 17ª edição, 2012.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CRAS, 2009.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais.** Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.